

Os dois significados de econômico

A definição formal e a substantiva

Toda tentativa de esclarecer o lugar que a economia ocupa na sociedade deve partir do fato de que o termo *econômico*, tal como habitualmente usado para descrever um tipo de atividade humana, contém dois significados, com raízes distintas e independentes uma da outra. Não é difícil identificá-las. O primeiro significado, o formal, provém do caráter lógico da relação meios-fins, como em *economizar* ou *conseguir algo a baixo preço*; desse significado provém a definição de *econômico* pela escassez. O segundo, o significado substantivo, aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente; eis a origem da definição substantiva de econômico. Os dois significados, o formal e o substantivo, nada têm em comum.

O conceito atual de *econômico* é, portanto, uma composição de dois significados. Embora dificilmente alguém possa contestar isso, suas implicações para as ciências sociais (excetuando-se sempre a economia) raras vezes são abordadas. O termo econômico é presumido sempre que a sociologia, a antropologia ou a história lidam com assuntos pertinentes à subsistência humana. Mas é usado de maneira imprecisa: dependendo do quadro de referência, ora aparece com a conotação de escassez, ora com a conotação substantiva. Assim, oscila entre dois polos de significação não relacionados entre si.

O significado substantivo provém da flagrante dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para sobreviver. Ele sobrevive graças a uma interação institucionalizada com o meio natural; isso é a economia, que lhe fornece os meios de satisfazer suas necessidades materiais. Esta frase não deve ser in-

terpretada no sentido de que as necessidades sejam exclusivamente corporais, como alimento e abrigo, por mais que estas sejam essenciais à subsistência. Tal restrição limitaria absurdamente o campo da economia. Os meios, não as necessidades, é que são materiais. É irrelevante se os objetos úteis são necessários para evitar a fome ou são usados com fins educacionais, militares ou religiosos. Se a satisfação das necessidades depende de objetos materiais, a referência é a economia. Aqui, *econômico* se refere simplesmente ao processo de satisfazer necessidades materiais. Estudar a subsistência humana é estudar a economia nesse sentido substantivo do termo, e é nesse sentido que *econômico* será usado ao longo de todo este livro.

O significado formal tem uma origem inteiramente diversa. Vem da relação meios-fins. É um conceito universal que não se restringe a nenhum campo específico do interesse humano. Os termos lógicos ou matemáticos dessa natureza são chamados *formais*, em contraste com as áreas específicas a que se aplicam. Tal significado é subjacente ao verbo *maximizar* ou — com um caráter menos técnico, porém talvez mais preciso — “obter o máximo a partir dos recursos de que se dispõe”.

A fusão dos dois significados num conceito único é irreprensível, desde que permaneçamos conscientes das limitações do conceito assim constituído. Ligar a satisfação das necessidades materiais à escassez e ao ato de economizar e fundi-los num conceito único pode ser justificado e razoável num sistema de mercado, onde e quando ele prevalece. Entretanto, aceitar que o conceito composto a partir de meios materiais escassos e de economia tem validade geral aumenta a dificuldade de deslocar a falácia economicista da posição estratégica que ela ocupa em nosso pensamento.

As razões são óbvias. A falácia economicista, como a chamamos, consiste numa tendência a identificar a economia humana com sua forma de mercado. Para eliminar esse viés, é necessário esclarecer radicalmente o sentido da palavra *econômico*. Mais

uma vez, não se pode consegui-lo sem que toda a ambiguidade seja eliminada e os significados formal e substantivo sejam estabelecidos separadamente. Condensá-los num termo de uso comum, como no conceito composto, reforça o duplo sentido e torna quase inexpugnável aquela falácia.

Pode-se inferir a solidez com que os dois significados foram unidos observando-se o destino irônico dessa que é a mais controvertida das figuras mitológicas modernas — o homem *econômico*. Os postulados subjacentes a essa criação do saber científico foram contestados por todas as razões concebíveis — psicológicas, morais e metodológicas —, mas nunca se pôs seriamente em dúvida o significado do adjetivo *econômico*. Os argumentos entraram em choque quanto ao conceito de *homem*, não quanto ao termo *econômico*. Ninguém perguntou a qual das duas séries de atributos o adjetivo se aplicava — se a uma entidade da natureza cuja existência depende das condições ambientais, como os animais e as plantas, ou a uma entidade da mente, como anjos ou demônios, bebês ou filósofos, sujeita à norma do máximo resultado com o mínimo de custos, o que lhe garante o atributo da racionalidade. Ao contrário, presumiu-se que o homem *econômico*, esse autêntico representante do racionalismo do século XIX, movia-se num mundo em que a existência bruta e o princípio da maximização combinavam-se misticamente. Nosso herói foi atacado e defendido como símbolo de uma unidade ideal-material que, *por essas razões*, seria apoiada ou descartada, conforme o caso. Em nenhum momento o debate admitiu um exame de qual dos dois significados de *econômico*, o formal ou o substantivo, estava implícito na expressão *homem econômico*.

A distinção na economia neoclássica

O reconhecimento da dupla origem do termo *econômico* não é novo, evidentemente. Pode-se dizer que a teoria econômica neoclássica foi formada, por volta de 1870, a partir da distinção entre

a definição pela escassez e a definição substantiva do termo. A economia neoclássica estabeleceu-se sobre a premissa de Carl Menger (*Grundsätze [Princípios]*, 1871) de que a economia cuidava da alocação de meios insuficientes para prover o sustento do homem. Foi a primeira enunciação do postulado da escassez ou da maximização. Como formulação sucinta da ação racional na economia, tal afirmação ocupa um lugar elevado entre as realizações da mente humana. Sua importância foi realçada pela relação com as instituições de mercado, as quais, por seus efeitos maximizadores nas atividades do dia a dia, permitiam essa abordagem.

Mais tarde, Menger quis suplementar seus *Princípios*, para não dar a impressão de que desconhecia as sociedades primitivas e arcaicas, ou outras sociedades anteriores, que começavam a ser estudadas pelas ciências sociais. A antropologia cultural revelou que o ser humano produzia a partir de uma variedade de motivações sem objetivo de lucro; a sociologia refutou o mito de uma tendência utilitarista que tudo permeasse; a história da Antiguidade exibiu culturas superiores, dotadas de grande riqueza, que não tinham sistemas de mercado. O próprio Menger afirmou que as atitudes economizadoras restringiam-se a escalas de valores utilitaristas, afirmação que hoje veríamos como uma limitação indevida à lógica da relação meios-fins. Essa talvez tenha sido uma das razões pelas quais ele hesitou em teorizar sobre países não “avançados”, pois só nestes era possível presumir tais escalas de valores.

Menger fez o possível para limitar a aplicação de seus *Princípios* à moderna economia da troca [*Verkehrswirtschaft*]. Recusou-se a permitir a reedição ou a tradução da primeira edição, que considerava incompleta. Pediu demissão de sua cátedra na Universidade de Viena para se dedicar a essa tarefa. Após um esforço de cinquenta anos, durante os quais parece haver retornado repetidas vezes a ela, deixou um manuscrito revisado, que foi publicado postumamente em Viena em 1923. Essa segunda edição está repleta de referências à distinção entre a economia de troca ou de mercado a que se destinavam os *Princípios*; de um lado, e as economias

sem mercado ou “atrasadas”, de outro. Menger usou diversas palavras para designar essas economias “atrasadas”: *zurückgeblieben* [retardatárias], *unzivilisiert* [incivilizadas], *unentwickelt* [subdesenvolvidas].

A edição póstuma dos *Grundsätze* incluiu quatro novos capítulos. Pelo menos um deles é de suprema importância teórica para os problemas de definição e método que preocupam os estudiosos contemporâneos desse assunto. Como explicou Menger, a economia tinha *duas* “vertentes elementares”, uma das quais era a vertente economizadora proveniente da insuficiência de meios, enquanto a *outra* era a orientação “tecnocômica”, como ele a chamou, decorrente dos requisitos físicos da produção, independentemente da suficiência ou insuficiência de meios:

Designarei por elementares as duas vertentes que se podem distinguir na economia humana — a técnica e a economizadora — pela razão que se segue. Embora, na economia real, essas vertentes, conforme apresentadas nas duas seções anteriores, *em geral* [grifo meu] ocorram juntas e, a rigor, *quase* [grifo meu] nunca sejam encontradas separadamente, elas provêm de *fontes essencialmente diferentes e independentes uma da outra* [grifo de Menger]. Em alguns campos da atividade econômica as duas ocorrem separadamente. Em alguns tipos não inconcebíveis de economias qualquer delas, na verdade, pode surgir regularmente sem a outra. [...] As duas vertentes que podem predominar na economia humana não são mutuamente dependentes; ambas são primárias e elementares. O fato de que ocorram simultaneamente na economia real resulta, meramente, da circunstância de que os fatores causais que dão origem a cada uma coincidem *quase* [grifo meu] sem exceção.¹

A discussão desses fatos elementares por Menger foi esquecida. A edição póstuma, na qual foi estabelecida a distinção entre as duas vertentes da economia, nunca foi traduzida para o inglês. Nenhuma exposição da economia neoclássica (nem mesmo o *En-*

¹ Carl Menger, *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*, org. Karl Menger, Viena, 1923, p. 77.

saio de Lionel Robbins, de 1935)² discorre sobre as “duas vertentes”. A Escola de Economia e Ciência Política de Londres, em sua série de livros raros (1933), optou por traduzir a primeira edição dos *Princípios* (1871). E. A. Hayek, num prefácio a essa edição, em forma de “réplica”, ajudou a retirar o Menger póstumo da consciência dos economistas, descartando o manuscrito tardio como “fragmentado e desordenado”. “Por ora, pelo menos”, concluiu o professor Hayek, “os resultados do trabalho dos últimos anos de Menger devem ser considerados perdidos.” Cerca de dezessete anos depois, quando os *Princípios* foram traduzidos de novo para o inglês (1950), com prefácio de F. H. Knight, a primeira edição — que tinha a metade do tamanho da segunda — foi ainda mais resumida. Além disso, ao longo do livro, a tradução transformou o termo *wirtschaftend* (literalmente, engajado na atividade econômica) em *economizador*.³ No entanto, segundo o próprio Menger, *economizador* não era equivalente a *wirtschaftend*, mas a *sparend*, termo que ele introduziu na edição póstuma, precisamente para distinguir a alocação de meios insuficientes e a outra vertente da economia, que não necessariamente implica essa insuficiência.

Graças às brilhantes e portentosas realizações da teoria dos preços inaugurada por Menger, o novo significado *economizador* ou formal do econômico tornou-se o sentido, enquanto o significado mais tradicional, porém aparentemente prosaico, de *materialidade*, que não estava necessariamente ligado à escassez, perdeu *status* acadêmico e acabou esquecido. A economia neoclássica baseou-se no novo significado, enquanto o significado antigo, material ou substantivo, desapareceu aos poucos da consciência e perdeu sua identidade no pensamento econômico.

² Lionel Robbins, *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. 2ª ed. Londres: Macmillan and Co., 1935.

³ Carl Menger, *Principles of Economics*, trad. e org. James Dingwall e Bert F. Hoselitz, introd. Frank H. Knight. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1950. Cf. Karl Polanyi, “Carl Menger’s Two Meanings of ‘Economic’”, em G. Dalton (org.), *Studies in Economic Anthropology*. Washington: American Anthropological Association, 1971.

A falácia da escolha relativa e da escassez

Com isso, a análise teórica descurou dos requisitos de outras disciplinas econômicas, como a sociologia das instituições econômicas, a economia primitiva ou a história econômica, que também estavam empenhadas no estudo da subsistência do homem. Mal se descobriu a distinção irreduzível entre os dois significados, o significado substantivo foi descartado em favor do formal, dando lugar à insistência em que as disciplinas que versam sobre a economia não devem ter como objeto a satisfação de necessidades materiais, mas as escolhas entre os usos alternativos de meios escassos. O conceito compósito foi admitido por condescendência, na suposição de que seria possível esquecer seus ingredientes substantivos, reduzindo-o aos elementos formais da escolha e da escassez, os únicos considerados importantes.

Agora se evidencia a dificuldade da nossa tarefa. Não basta esclarecer de que modo o conceito compósito abriga dois significados independentes, pois tão logo nos aproximamos desse objetivo, mostrando a ambiguidade do conceito compósito usado por leigos e estudiosos, ele se revela uma simples fachada para a definição calcada na escassez, enquanto o aspecto substantivo da economia, no qual queríamos concentrar nossa atenção, é relegado ao esquecimento.

Examinemos, pois, as razões pelas quais o monopólio semântico do termo econômico é tão confiantemente reivindicado pela definição baseada na escassez. Depois tentaremos desenvolver a definição substantiva. Começaremos por definir escassez da maneira mais ampla possível, porém suficientemente articulada em sua aplicabilidade para que possamos submetê-la a um teste operacional.

~~Tirar o máximo proveito dos recursos disponíveis~~ — que é a norma implícita no significado formal de econômico — refere-se a situações em que a *escolha é induzida* por uma *insuficiência* de meios, estado de coisas que é *justificadamente* descrito como uma

situação de *escassez*. Nesse contexto, os termos *escolha*, *insuficiência* e *escassez* devem ser cuidadosamente examinados em sua relação mútua, pois as afirmações dos analistas econômicos assumem formas variadas. Ora nos dizem que a economia tem por objeto os atos de escolha, ora que a escolha pressupõe a insuficiência de meios, ora que a insuficiência de meios pressupõe a escolha, ora, ainda, que os meios insuficientes são meios escassos ou que os meios escassos são econômicos.

Tais afirmações pretendem estabelecer que as variações do significado formal abarcam todas as manifestações da economia, a qual, como quer que fosse instituída, consistiria então em meios insuficientes e em condições indutoras de atos de escolha entre os diferentes usos dos recursos escassos; logo, poderia ser descrita nos termos formais da definição de *escassez*. Nesse caso, com justa razão se poderia afirmar que a definição substantiva de econômico seria supérflua, ou, no mínimo, de pouca importância, já que todas as formas concebíveis de economia se incluiriam na definição de *escassez*. Estritamente falando, porém, nenhuma dessas afirmações é válida.

Começemos nossa análise pelo termo mais geral, *escolha*, que pode ocorrer com meios suficientes ou insuficientes. Uma escolha moral revela a intenção do agente de atuar corretamente; essa encruzilhada entre o bem e o mal é objeto da ética. Uma encruzilhada puramente operacional, por outro lado, seria assim: ao percorrer uma estrada, um homem chega ao sopé de uma montanha onde duas vias se bifurcam, ambas conduzindo ao seu destino por caminhos diferentes. Presumindo-se que não haja nada a escolher entre elas — ambas têm a mesma extensão, as mesmas comodidades, a mesma inclinação —, ainda assim o viajante é chamado a decidir por uma ou por outra, ou a desistir de seu objetivo. Nem sob o aspecto moral nem sob o operacional, ao que parece, postula-se uma insuficiência de recursos. Na verdade, recursos abundantes podem tornar a escolha bem mais difícil, se bem que não menos necessária. Muitas vezes, escolher é uma atividade compli-

cada ou até dolorosa, mas isso pode decorrer tanto da abundância de meios quanto da sua insuficiência.

Logo, a escolha não implica necessariamente insuficiência de meios, assim como esta última tampouco implica escolha ou *escassez*. Começemos pelo último caso: para que surja uma situação de *escassez*, deve existir não só uma insuficiência de meios, mas também uma escolha induzida por essa insuficiência. Ora, a insuficiência de meios não induz a escolha, a menos que, no mínimo, outras duas condições se deem: mais de um uso para os meios (caso contrário não haveria coisas *entre as quais* escolher) e vários fins hierarquizados (ou não haveria *razões* para escolher). Logo, para que surja uma situação de *escassez*, várias condições têm de estar presentes, além da insuficiência de meios.

No entanto — este ponto é crucial —, mesmo que tais condições fossem atendidas, seguiria existindo somente uma conexão accidental entre uma situação de *escassez* e a economia. As regras da escolha, como vimos, aplicam-se a todos os campos das relações meios-fins, factuais ou convencionais, reais ou imaginários. Os meios são tudo o que é aproveitável, quer em virtude de qualidades naturais, como carvão para o aquecimento, quer em virtude das regras convencionais, como notas de dólar para pagar dívidas. Também não importa se os graus de preferência em relação aos fins baseiam-se em escalas tecnológicas, morais, científicas, supersticiosas ou puramente arbitrárias.

Portanto, a tarefa de alcançar o máximo de satisfação pelo uso racional de meios insuficientes não se restringe à economia humana. Ela se instaura quando um general dispõe suas tropas para a batalha, quando um jogador de xadrez planeja sacrificar um peão, quando um advogado reúne provas para defender um cliente, quando um pintor busca os efeitos que deseja expressar, quando um fiel oferece preces e boas obras para alcançar a salvação ou, para nos aproximar mais do ponto em questão, quando uma dona de casa planeja as compras da semana. Quer se trate de tropas, peões, provas, destaques artificiais, atos de devoção ou do salário

semanal, os meios insuficientes podem ser empregados de diferentes maneiras, mas, uma vez usados de um modo, não podem ser usados de outro; além disso, quem escolhe tem mais de um objetivo em vista e é solicitado a usar os meios para atingir os fins preferidos.

Os exemplos poderiam multiplicar-se indefinidamente. Quanto maior o número de situações, mais se evidencia que as situações de escassez existem num sem-número de campos e que, na verdade, o significado formal de econômico só implica uma referência acidental ao significado substantivo. O caráter “material” da satisfação da necessidade é dado, havendo ou não maximização; e a maximização ocorre, quer os meios e os fins sejam materiais, quer não.

Também as regras de comportamento têm validade universal. Ao todo, existem duas. Uma, “relacionar os meios com os fins”, abarca toda a lógica da ação racional. A segunda regra resume a economia formal, isto é, a parte da lógica da ação racional que diz respeito às situações de escassez. Diz ela: “Destinar os recursos escassos de tal modo que nenhuma finalidade de ordem inferior na escala de preferências seja suprida enquanto um objetivo de ordem superior permanecer sem recursos.” Em linguagem simples, “não aja como um tolo”. Eis o conteúdo da economia formal.

Os dois significados que estão na raiz de *econômico* formam dois mundos; o significado formal não pode substituir o substantivo. Econômico, no sentido de *economizar* ou *conseguir algo a baixo preço*, refere-se à escolha entre usos alternativos de meios insuficientes. O significado substantivo, por outro lado, não implica nem escolha nem insuficiência. A subsistência do homem pode ou não envolver a necessidade de escolha. Em geral, o costume e a tradição eliminam a escolha e, quando esta existe, não precisa ser induzida pelos efeitos limitantes de nenhuma “escassez” de recursos. Algumas das mais importantes condições naturais e sociais da vida, como a disponibilidade de ar e de água ou a dedicação de uma mãe amorosa ao bebê, não têm tais limites. A vontade que

atua num caso difere da que atua no outro, assim como a força do silogismo difere da força da gravidade; as leis do primeiro são da mente, enquanto as do outro são da natureza.

Escassez e insuficiência

Então, quando a economia formal se aplica a situações empíricas? Se os meios não são intrinsecamente insuficientes, como é possível comprovar sua insuficiência? E, já que se mostrou que “escassez” difere de insuficiência de meios, como é possível determinar a presença da escassez?

Os meios são insuficientes quando o seguinte teste dá resultado negativo: disponham-se os fins numa sequência e cubra-se cada fim com uma unidade de recursos; se estes acabarem antes de se chegar ao último fim, os meios são insuficientes. Caso a realização desse teste seja inconveniente ou fisicamente impossível, uma “alocação” também serve — faça mentalmente a mesma operação e “destine” cada unidade de meios a um fim. Se os recursos terminarem antes de ser atingido o último fim, os meios são insuficientes.

Falar de meios escassos neste caso, em vez de meramente insuficientes — o que hoje constitui uma prática geral —, carece de precisão e torna as coisas confusas. A alocação dos meios julgados insuficientes tem de coincidir com a alocação que seria adotada se eles fossem considerados suficientes, tendo em vista um determinado fim. Chamá-los de escassos implica que a insuficiência de meios induziu uma escolha, o que não é o caso. Ignorar esse critério operacional é perder por completo o sentido da definição de escassez, criando a ilusão de que existe um modo peculiar — um modo “mais econômico”, digamos — de alocar meios insuficientes. Mas a insuficiência de meios não cria, por si só, uma situação de escassez. Se você não tem o suficiente, precisa se arranjar sem isso. Para que se instaure uma escolha, os meios, além de serem insuficientes, também precisam ter usos alternativos; além disso, deve haver mais de um fim, bem como uma escala de preferências ligada a eles.

Cada uma dessas condições — meios insuficientes e passíveis de usos alternativos, fins múltiplos e escalas de preferência — está sujeita a testes empíricos. Se o termo “escasso” se aplica ou não aos meios numa dada situação, essa é uma questão empírica, que estabelece o limite da aplicabilidade da definição formal ou do postulado da escassez do econômico em qualquer campo, inclusive na economia.

O atual conceito composto de economia, ao fundir a satisfação de necessidades materiais e a escassez, postula nada menos que a escassez de todas as coisas materiais. A primeira formulação disso aparece no *Leviatã*, de Hobbes. Ele deduziu que o Estado precisa dispor de um poder absoluto para impedir que os seres humanos se dilacerem como um bando de lobos famintos. Sua meta era impedir as guerras religiosas mediante o braço forte de um governo secular. Mas essa metáfora talvez tenha refletido um mundo em que a comunidade medieval estava dando lugar às forças liberadas pela revolução comercial, e no qual a concorrência predatória entre os ricos devorava pedaços das terras comunais das aldeias. Um século depois, o mercado começou a organizar a economia numa estrutura que realmente operava criando situações de escassez. Hume repetiu a posição de Hobbes. Uma necessidade onipresente de escolha brotou da insuficiência do meio universalmente usado, o dinheiro. Não havia interesse em comprovar se as coisas que o dinheiro podia comprar eram insuficientes. Dadas as necessidades culturalmente determinadas de cada indivíduo e o alcance do dinheiro, esses meios eram insuficientes para satisfazer todas as necessidades. Na verdade, isso era apenas um aspecto da organização de nossa economia.

Assim, ganhou força a crença universal em que nada existe em quantidade suficiente para todos, seja como uma proposição do senso comum sobre a natureza limitada da oferta, seja como um postulado filosoficamente temerário sobre a natureza ilimitada dos desejos e das necessidades individuais. Num ou noutro caso,

porém, embora essa afirmação se proclamasse empírica, não passava de uma asserção dogmática, que encobria uma definição arbitrária e uma circunstância histórica específica. Depois que o ser humano foi circunscrito como um “indivíduo no mercado” tornou-se fácil justificar essa proposição. Dentre todas as suas carências e necessidades, o homem só podia satisfazer aquelas relacionadas ao dinheiro mediante a compra de coisas oferecidas nos mercados; as próprias carências e necessidades restringiram-se àquelas de indivíduos isolados. Assim, por definição, só eram reconhecidas as carências e necessidades supridas pelo mercado, e o ser humano passou a ser confundido com o indivíduo isolado. É fácil perceber que o que se estava testando aí não era a natureza das carências e necessidades humanas, mas apenas a descrição de uma situação de mercado como uma situação de escassez. Em outras palavras, visto que as situações de mercado, em princípio, só conhecem carências e necessidades expressas por indivíduos, e visto que as carências e necessidades restringiam-se aí a coisas que podiam ser fornecidas num mercado, qualquer discussão sobre a natureza das carências e necessidades humanas em geral ficou sem substância. Ao tratar de carências e necessidades, consideraram-se apenas as escalas de valores utilitaristas de indivíduos isolados operando em mercados.

Já nos referimos a uma famosa discussão que, examinada mais de perto, revelou-se uma simples verbalização de questões indefinidas: o homem econômico era o homem real? Como não se deu o devido valor ao significado de econômico, ficou excluída a possibilidade de qualquer resposta relevante.

No entanto, já no alvorecer do pensamento sobre esse assunto, Aristóteles rejeitou a definição calcada na escassez. Parte de sua argumentação, como suas ideias sobre a origem dos lucros no comércio, parece deslocada ou distorcida pelo contexto; noutros pontos, como a propósito da escravidão, seu pensamento destoava das convicções atuais. Isso torna ainda mais espantoso o seu discernimento de um problema que até hoje desconcerta os pensadores.

Aristóteles começa a *Política* negando que a subsistência do homem, como tal, suponha um problema de escassez.* O verso de Sólon proclamava falsamente, a propósito da ânsia de riqueza, que “não há limite [para essa ânsia] entre os homens”. Ao contrário, escreveu Aristóteles, a verdadeira riqueza de uma família ou de um Estado são as necessidades da vida que podem ser armazenadas e que duram. E elas nada mais são que meios para um fim; como todos os meios, são intrinsecamente limitadas e determinadas por seus fins. Na família, são meios de vida; na pólis, meios para a boa vida. Portanto, as carências e necessidades humanas não são ilimitadas, como implicava a frase de Sólon. Essa falácia foi o alvo principal de Aristóteles. Acaso os animais, desde o nascimento, não encontram o sustento natural no meio ambiente? E porventura os homens também não encontram sustento no leite materno e, mais tarde, no meio ambiente, como caçadores, pastores ou lavradores? Até o comércio se enquadra nesse padrão natural, desde que seja praticado como troca em espécie. A única necessidade considerada natural é a do sustento. Quando a escassez parece brotar “do lado da demanda”, Aristóteles atribui isso a uma ideia equivocada da vida boa, distorcida por um desejo de cada vez mais bens e prazeres físicos. O elixir da vida boa — a emoção e o êxtase do teatro, a participação em júris populares, as campanhas eleitorais e a ocupação de cargos públicos, os grandes festejos e também as batalhas e os combates navais — não pode nem ser acumulado nem ser fisicamente possuído. É verdade que a vida boa exige, “como em geral se admite”, que o cidadão disponha de tempo ocioso para se dedicar ao trabalho da pólis. Como vimos, atender a essa exigência acarreta, em parte, a escravidão e, em parte, o pagamento de cidadãos pelo desempenho de seus deveres públicos (artesãos não deveriam ser cidadãos). Contudo, há mais uma razão para que Aristóteles não reconheça o

* Esse tópico reaparece, de maneira mais desenvolvida, no ensaio “Aristóteles descobre a economia”, reproduzido neste volume. [N.E.]

problema da escassez. A economia — em primeiro lugar, uma questão de administração doméstica — diz respeito à relação entre as *peças* que compõem instituições, como a família, ou outras unidades “naturais”, como a pólis. Portanto, o conceito aristotélico de economia denota um processo institucionalizado que assegura o sustento. Assim, ele pôde atribuir a duas circunstâncias a concepção errônea que afirmava o caráter ilimitado das carências e necessidades humanas: primeiro, a aquisição de alimentos por mercadores comerciais, que com isso relacionavam a ilimitada atividade de ganhar dinheiro aos requisitos limitados da família e da pólis; segundo, a interpretação equivocada de que a vida boa seria uma acumulação utilitária de prazer físico. Dadas as instituições corretas, como o *oikos* e a *polis*, e a compreensão tradicional da vida boa, Aristóteles não via lugar para a escassez na economia humana. Não se equivocou ao relacionar isso às instituições da escravidão e do infanticídio, bem como à sua própria aversão às comodidades da vida. Não fosse esse fato realista, sua negação da escassez poderia ter sido tão dogmática e tão desfavorável à pesquisa empírica quanto o formalismo econômico de nossa época. Nessas circunstâncias, o primeiro dos pensadores realistas foi também o primeiro a reconhecer que um estudo do papel da escassez na economia humana pressupunha reconhecer o significado substantivo de econômico.⁴

A economia substantiva: interação e instituições

A ideia de que a definição de escassez é a única que pode representar legitimamente o significado de econômico não resiste ao escrutínio. Deixa o sociólogo, o antropólogo e o historiador econômico impossibilitados de penetrar na economia de qualquer época ou lugar. Para realizar essa tarefa, as ciências sociais devem se voltar para o significado substantivo de econômico.

⁴ Cf. M. I. Finley, “Aristotle and Economic Analysis”, *Past and Present* n.º 47, maio de 1970, p. 3-25.

A economia, entendida como processo instituído de interações que servem para satisfazer necessidades materiais, é parte vital de toda comunidade humana. Sem uma economia nesse sentido, nenhuma sociedade poderia existir e perdurar.

A economia substantiva constitui-se em dois níveis: um é a interação entre o homem e o meio, outro é a institucionalização desse processo. Os dois são inseparáveis, mas vamos tratá-los separadamente.

A interação responde pelo resultado material em termos de sobrevivência. Pode ser decomposta em duas espécies de trocas: de localização e de apropriação, que podem ou não caminhar juntas. A primeira consiste numa troca de lugares; a segunda, numa troca de “mãos”.

Num movimento de localização, como implica o termo, as coisas se movem espacialmente; num movimento de apropriação, muda a pessoa (ou pessoas) à disposição da qual as coisas estão, ou muda o grau em que elas têm o direito de dispor das coisas. O movimento de localização compreende a produção e o transporte; o de apropriação, as transações e as disposições.

Os seres humanos desempenham um papel primordial: despendem esforços no trabalho; eles próprios se deslocam e dispõem de suas posses e atividades num processo que acaba por servir ao propósito de sua subsistência. A produção talvez seja o feito econômico mais espetacular, propiciando o avanço ordenado de todos os meios materiais para a etapa de consumo dos meios de subsistência. Juntos, os dois tipos de movimento completam o processo da economia.

Os movimentos de localização abrangem caçadas, expedições e invasões, derrubada de árvores para obter madeira, extração de água, o sistema internacional de navegação, ferrovias e transporte aéreo. Em tempos arcaicos, o transporte talvez fosse mais importante que a produção e, mesmo depois, continuou a desempenhar um papel preponderante na própria produção. Já foi dito que a produção pode ser reduzida a movimentos de localização de obje-

tos, grandes e pequenos, dos maiores às mais diminutas partículas de matéria. O crescimento do grão a partir da semente é um movimento da matéria no espaço, assim como o é a construção de arranha-céus num surto de expansão econômica. Todavia, como veremos, o caráter econômico da produção decorre do fato de que o movimento de localização envolve trabalho combinado de maneira específica com outros bens. Voltaremos a isso adiante.

Max Weber ampliou o significado de apropriação.⁵ O sentido original, o de aquisição legal de propriedade, estendeu-se para incluir a destinação efetiva de qualquer coisa digna de ser possuída, no todo ou em parte, quer se trate de um objeto físico, de um direito, de prestígio ou da simples oportunidade de explorar situações vantajosas. A mudança de apropriação pode ocorrer como que entre “mãos”, onde “mão” designa qualquer pessoa ou grupo de pessoas capazes de possuir algo. Isso expõe as mudanças, na esfera da propriedade, que acompanham o processo de interação. Coisas e pessoas passam, em parte ou no todo, de uma esfera de apropriação para outra. O gerenciamento e a administração, a circulação de mercadorias, a distribuição da renda, os tributos e impostos, todos pertencem ao domínio da apropriação. Aquilo que muda de “mãos” não precisa ser um objeto como um todo; pode ser somente seu uso parcial.

Os movimentos de apropriação diferem não apenas em relação ao que é movido, mas também ao caráter do movimento. Os movimentos transacionais são bilaterais e ocorrem como que entre “mãos”; os movimentos de disposição são atos unilaterais de uma “mão” à qual o costume ou o direito conferem efeitos legais definidos. Antigamente, essa distinção podia relacionar-se sobretudo com o tipo de “mão” em causa: considerava-se que pessoas ou

⁵ Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen, 1922, capítulo 1, parte 10, p. 73 ss [*Economia e sociedade*, trad. Regis Barbosa e Karen Elsbete Barbosa, 2 v. 4ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília: Ed. UnB, 2004]; *The Theory of Social and Economic Organization*, trad. A. M. Henderson e Talcott Parsons, org. Talcott Parsons, Nova York: Free Press, 1947, p. 139 ss.

empresas privadas faziam apropriações por meio de transações, ao passo que se atribuía à “mão” pública a característica de fazer disposições. Essa distinção tende a ser ignorada em nossa época, tanto por empresas quanto por governos: o Estado compra e vende, enquanto empresas privadas administram e dão destinações.

Combinação de bens parece uma denominação inadequada para descrever essa parte da interação que é comumente chamada de produção. No entanto, uma realidade básica da economia substantiva é que as coisas são úteis por servirem a uma necessidade, direta ou indiretamente, mediante suas combinações. A distinção entre bens de categoria “inferior” e “superior”, introduzida por Carl Menger, encontra-se na raiz da produção.⁶ Mesmo em situação de escassez geral, nenhuma produção se dá na ausência de bens de ordem “superior”, principalmente o trabalho. Por outro lado, se o “trabalho” está presente, a produção ocorre, seja esse trabalho abundante ou não, desde que não haja bens de ordem “inferior” disponíveis para satisfazer as necessidades. Assim, é enganoso, como ficou manifesto na obra póstuma de Menger, atribuir o fenômeno da produção a uma escassez geral de bens; a produção vem, antes, da diferença entre bens de ordem “inferior” e outros de ordem “superior” — uma realidade tecnológica da economia substantiva. Nessa linha de pensamento, a preeminência do trabalho como fator de produção deve-se à circunstância de que ele é o agente mais geral entre todos os bens de “ordem superior”.

Num nível interativo, portanto, a economia abrange o homem como coletor, cultivador, transportador e criador de coisas úteis, e abrange a natureza, às vezes como silencioso obstáculo, outras como facilitadora, assim como abrange a inter-relação dos dois numa sequência de eventos físicos, químicos, fisiológicos, psicológicos e sociais que ocorrem em escala menor ou maior. O processo é empírico. Suas partes são passíveis de definição operacional e observação direta.

⁶ Carl Menger, *Principles of Economics*, p. 58-59.

Contudo, tal processo não tem existência independente. A trama da interação pode ramificar-se, entrelaçar-se, formar uma rede, mas, seja simples ou complexa a rede de causa e efeito, ela tem pouca possibilidade de se separar fisicamente do tecido ecológico, tecnológico e societário que forma seu pano de fundo, assim como o processo da vida não pode se separar do organismo animal.

Para atingir a coerência múltipla da economia real, o processo simples de interação tem que adquirir um conjunto adicional de propriedades, sem o qual dificilmente se poderia afirmar a existência da economia. Se a subsistência material do homem resultasse de uma mera e fugaz cadeia causal — sem possuir localização definida no tempo ou no espaço (isto é, sem unidade e estabilidade), sem pontos de referência permanentes (isto é, sem estrutura), sem modos de ação definidos em relação ao todo (isto é, sem função) e sem maneiras de ser influenciada pelas metas da sociedade (isto é, sem relevância política) —, nunca poderia ter atingido a dignidade e a importância da economia humana. As propriedades de unidade e estabilidade, estrutura e função, história e política combinam-se na economia por meio de sua roupagem institucional.

Isso estabelece a base do conceito de economia humana como um processo institucionalizado de interação cuja função é suprir a sociedade de recursos materiais.